

O MARQUÊS DE POMBAL
E A
UNIFICAÇÃO DO BRASIL

JOSÉ EDUARDO FRANCO
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

O MARQUÊS DE POMBAL
E A
UNIFICAÇÃO DO BRASIL

Pombalismo, História e Literatura

Prefácio
Kenneth Maxwell

TEMAS E DEBATES

Sumário

PREFÁCIO, por Kenneth Maxwell.....	11
INTRODUÇÃO	21
I O Marquês de Pombal e a unificação do Brasil: Coordenadas históricas	25
II Vieira precursor de Pombal – Pombal detrator de Vieira.....	45
III A consolidação dos estudos pombalinos em Portugal e no Brasil...	65
IV A reforma pombalina e o ensino de literatura no Brasil	159
V O Marquês de Pombal como personagem literária internacional...	173
Conclusões provisórias	211
Bibliografia dos autores sobre estudos pombalinos e origens dos textos que estiveram na base deste livro	215
Gravuras, pinturas do Marquês de Pombal e fotografias dos principais monumentos pombalinos.....	241

PREFÁCIO

A grande força da presente obra é a sua análise abrangente das interpretações que envolvem as políticas brasileiras de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e Marquês de Pombal (1699-1782). Além disso, fornece uma análise bibliográfica englobante destes escritos ao longo dos últimos dois séculos.

A controvérsia é inescapável. Afinal, foi do Brasil que os Jesuítas foram expulsos pela primeira vez, em 1758, seguindo-se a sua proscricção e expulsão de todo o império português, a 3 de setembro de 1759. As missões jesuítas no Uruguai, Paraguai e no sul do Brasil opuseram-se à implementação do Tratado de Madrid, de 1750, assinado entre Portugal e Espanha. Entre 1753 e 1756, uma expedição militar conjunta portuguesa e espanhola havia enfrentado e eventualmente derrotado e destruído as missões guaranis ao longo das margens do rio Paraná. Posteriormente, também a França reprimiu os Jesuítas, em 1764, e a Espanha fez o mesmo, em 1767. Por fim, em 1773, a Companhia de Jesus foi dissolvida pelo papa Clemente XIV. Este foi, por qualquer forma, um evento «histórico mundial». A primeira missão jesuíta no exterior havia acontecido no Brasil. Em 1549, o padre Manuel da Nóbrega havia chegado a Salvador da Baía com o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa. O Brasil forneceu púlpitos aos mais famosos missionários e pregadores jesuítas, desde o padre José de Anchieta, em São Paulo (canonizado em 2014), ao padre António Vieira, na Baía, e ao padre Gabriel Malagrida, no Maranhão. A expulsão dos Jesuítas teve grandes consequências internacionais, que Pombal bem reconheceu.

Nos termos do Tratado de Madrid, como comissário português para a zona de demarcação sul, Lisboa nomeou Gomes Freire de Andrada, então governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul. Para o Norte e para a bacia do Amazonas, Pombal enviou, em 1751, o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), com a responsabilidade acrescida de governador e capitão-geral das capitanias unidas do Grão-Pará e Maranhão. As missões jesuítas na América do Sul estenderam-se pelo interior estratégico, entre os impérios espanhol e português, do Uruguai ao Paraguai e pelo interior da bacia amazônica (cf. Cortesão, 1984, III, p. 754; Furtado, 2013, pp. 505-527).

Os Jesuítas eram altamente vulneráveis às políticas expansionistas conflitantes de ambas as potências europeias. Assegurar a fronteira do extremo oeste do Brasil contra os espanhóis e na bacia amazônica seria uma prioridade do domínio de Pombal. A consolidação da estrada fluvial das monções ligava São Paulo a Cuiabá, e, finalmente, uniria o Mato Grosso a territórios da Amazônia, via Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, até Belém. Esta foi uma das maiores conquistas do domínio pombalino e ajudou a assegurar esta vasta região interior sob domínio português. Estes objetivos geopolíticos foram reforçados com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Quatro anos mais tarde, foi criada a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. Na carta «muito secreta» que escreveu a Gomes Freire como suplemento das instruções formais, Pombal delineava as ambições que alimentava relativamente à América portuguesa: «Como a força e a riqueza de todos os países consistem principalmente no número e na multiplicação da gente que o habita, este número e multiplicação de gente se faz ainda mais indispensável agora na raia do Brasil para a sua defesa.» Era essencial abolir «toda a diferença entre portugueses e tupis, e atrair os índios que viviam nas missões dos jesuítas no Paraguai e encorajar o casamento deles com pessoas

de origem europeia».* Instruções dadas a Mendonça Furtado refletiam objetivos semelhantes. Recomendou-lhe Pombal que libertasse os índios da titularidade dos religiosos e encorajasse a miscigenação entre índias e portugueses, de modo a assegurar o crescimento constante da população e o estímulo da importação de africanos escravizados.

Manuel Teles da Silva, conhecido como duque Silva-Tarouca, havia sido amigo íntimo de Pombal, quando, ainda enquanto conde, servira, entre 1745 e 1749, como embaixador português em Viena. O duque, que havia sido o principal patrocinador do casamento de Pombal com a condessa Maria Leonora Ernestina von Daun, era um emigrante aristocrático português que tinha ascendido a lugares importantes ao serviço do estado austríaco. Em 1732, o imperador austríaco Carlos VI concedeu-lhe o título de duque Silva-Tarouca. Escrevendo privadamente a Pombal a partir de Viena, em 1752, Silva-Tarouca estava entusiasmado com a política brasileira de Pombal:

Os reis de Portugal podem vir sucessivamente a ter [no Brasil] um império, como o da China, e ainda maior que a França, Alemanha e Hungria, unidos se fosse num só corpo... Cuidemos, pois, em povoá-lo de qualquer modo que seja. Mouro, branco, negro, índio, mulato ou mestiço, tudo serve, todos são homens... Não servindo de nada muitas mil léguas de desertos, nem se podendo sem homens defender as fronteiras e as pessoas.**

No sul do Brasil, as forças das missões guaranis foram criadas para repelir bandos de rapina, a maior parte deles vinda de São Paulo, não estando preparadas para enfrentar as tropas organizadas de exércitos europeus. A vitória luso-espanhola nas guerras guaranis

* Carta secretíssima de Pombal para Gomes Freire de Andrada, Lisboa, 21 de setembro de 1751 (Mendonça, 1960).

** Carta de Silva-Tarouca para Pombal, Viena, 21 de agosto de 1752, *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 323-329; cf. Instruções régias para Mendonça Furtado (Mendonça, 1963, I, pp. 26-31).

era total. A tragédia era que o Tratado de Madrid fora anulado em fevereiro de 1761. Mas, na Europa, Voltaire, no seu *Cândido*, deixou-nos a imagem do cavaleiro jesuíta de espada em punho. Os resultados da política de Pombal no Brasil, no entanto, foram de longo alcance. No Pará e no Maranhão, foi introduzido um sistema de «diretório» para fornecer administradores seculares para substituir os Jesuítas nas aldeias e foram feitos esforços para encorajar os seus habitantes a aprenderem português. No Maranhão, em 1760, a exportação de algodão havia começado, e, em 1767, teve início a exportação de arroz. Notavelmente, a produção de algodão do Maranhão logo excedeu a demanda portuguesa e foi reexportada para França, Itália e Norte da Europa.

No espaço de uma década, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão tinha uma frota comercial de 43 400 toneladas de 124 embarcações transportando mercadorias europeias, produtos amazônicos e escravos africanos ao longo de rotas comerciais que abrangiam Guiné-Bissau, Angola, a Europa, o litoral brasileiro e o oceano Índico. Esta Companhia transportou mais de 28 000 africanos escravizados para Belém e São Luís do Maranhão, alterando profundamente a composição étnica da região. A Companhia de Pernambuco e Paraíba alegou, na década de 1780, que tinha 390 engenhos de açúcar funcionando e produzindo açúcar para exportação, e que o cultivo do tabaco havia sido restabelecido através de subsídios e da garantia de preços aos agricultores. Como Pombal previa, numa carta enviada ao irmão em 1755, a Companhia iria contribuir para consolidar a criação do império que «El-Rei Nosso Senhor tinha determinado que fosse fundado nas capitanias da América do Sul» (Dias, 1962).

Em Lisboa, o padre jesuíta Gabriel Malagrida foi queimado na fogueira em 1759, naquele que seria o último «auto da fé» em Portugal. O crime de Malagrida havia sido proclamar que os grandes terramoto, *tsunami* e tempestade de fogo de Lisboa de 1755 foram resultado da vingança e da ira de Deus. O Marquês de Pombal voltou-se novamente para o médico e filósofo judeu (formalmente português

«cristão-novo») de Paris, António Nunes Ribeiro Sanches, que havia fugido da Inquisição para Londres em 1726. Ribeiro Sanches viajou depois para a Holanda, onde estudou na Universidade de Leiden, sendo aluno do famoso médico holandês Hermann Boerhaave, antes de passar 15 anos na Rússia a trabalhar como médico do Exército russo e na corte russa. Aí escreveu extensamente sobre doenças venéreas, varíola, educação e sobre os benefícios das saunas para a saúde, estabelecendo-se depois em França, em 1747, onde se tornou uma figura-chave entre os iluministas de Paris (Willemse, 1966)

Em 1757, Pombal publicou o tratado de saúde pública de Ribeiro Sanches com um apêndice de «considerações sobre terremotos». Ribeiro Sanches argumentava que o terremoto era um fenómeno natural, refutando assim as alegações de Malagrida de que se tratava de uma retribuição do divino. Mas Voltaire já havia dado o seu julgamento pessimista no seu *Poema sobre o desastre de Lisboa*, publicado no ano anterior (*Poème sur le désastre de Lisbonne*). A Europa «iluminada», especialmente Voltaire, ficou horrorizada com o «auto da fé» e a queima de Malagrida, bem como com a execução e a queima sangrenta dos corpos da família Távora e do duque de Aveiro, acusado de ter tido responsabilidade no atentado contra a vida do rei português. Estas execuções públicas macabras contribuíram em muito para manchar a reputação internacional de Pombal, apesar da sua promoção de uma justificação e propaganda antijesuítas subsidiadas pelo Estado e por toda a Europa. Mas foi a reação de Voltaire que prevaleceu: «Ainsi l'excès du ridicule et l'absurdité fut joint à l'excès d'horreur» («Assim, o excesso de ridículo e de absurdo juntou-se ao excesso de horror»). No entanto, em Portugal, este foi um exemplo clássico do paradoxo da regra de Pombal: «despotismo» impiedoso combinado com justificação «esclarecida». Pelo menos em Portugal. No Brasil, Pombal era muito mais cauteloso.

O interesse central do Estado português no Brasil, em meados do século XVIII, continuava focado no ouro e nos diamantes de Minas Gerais. A produção brasileira de ouro permaneceu alta até

1766. Em dezembro de 1750, a Coroa portuguesa aceitou a proposta dos habitantes de Minas Gerais de que a Coroa recebesse uma contribuição básica, num mínimo de 100 arrobas de ouro por ano, na condição de lançar derramas sempre que a quota não fosse atingida. Nas vilas principais de cada comarca, foi também criada legislação sobre casas de fundição administradas pelos mais ricos dos proprietários locais, eleitos por maioria dos votos das câmaras municipais e aprovados pelo ouvidor. O Estado português interveio igualmente nas cidades portuárias brasileiras, de modo a proteger e regular as transações do açúcar e do tabaco, com a criação da Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco, em 1751, no Rio de Janeiro, na Baía e no Maranhão.

Em 1761, Pombal estabeleceu em Lisboa o Erário Régio, que representou o culminar dos esforços para racionalizar e centralizar a administração do Estado. Todos os impostos recebidos pela Coroa passaram a ser concentrados e registados pelo mesmo organismo. Pombal nomeou-se a si próprio inspetor-geral do Erário Régio. A nova organização era controlada por José Francisco da Cruz, íntimo colaborador de Pombal e primeiro tesoureiro-geral. Foram impostas em toda a colónia as novas regras de contabilidade adotadas por este organismo, e em todas as capitanias foram criadas juntas da Fazenda, incumbidas de enviar para Lisboa relatórios de receitas e despesas a intervalos regulares e aconselhadas a escolher funcionários entre os «homens prudentes e com posse» da região, em especial entre os comerciantes locais mais prósperos. A Junta da Fazenda em Minas Gerais, por exemplo, foi criada em 1765. Neste caso, como em toda a parte, as despesas tinham de ser decididas por quatro categorias: militares, eclesiásticas, civis e extraordinárias. Em 1771, Pombal aboliu o sistema de contratos dos diamantes e o distrito do Serro do Frio, em Minas Gerais, foi colocado na dependência de um intendente e de um inspetor da Fazenda, assistidos por três «caixas.» Estes «caixas» tinham de residir no local e ser pessoas com posses.

Eram nomeados pelos diretores de Lisboa e gozavam do mesmo estatuto e dos privilégios das companhias de comércio do Brasil.

Em 1762, a situação internacional veio complicar os propósitos de Pombal. A invasão espanhola serviu para recordar que Portugal continuava militar e politicamente dependente da Grã-Bretanha, pelo que o auxílio britânico se tornou indispensável. Mr. Hay, o embaixador britânico em Lisboa em 1765, informava secamente Londres de que «Pombal fizera o possível para que esse interesse se tornasse menos importante», porém, pedia ajuda, em «nome de causa comum», sendo que os britânicos não tinham vontade de ver o porto de Lisboa em mãos inimigas.

O governo britânico enviou então para Portugal um oficial de reputação firmada, o conde Wilhelm von Schaumburg-Lippe, neto de Jorge I, embora de uma linha bastarda, que foi acompanhado pelo cunhado do rei D. José, o príncipe Carlos de Mecklemburgo. A guerra durou pouco tempo, mas revelou o estado deplorável em que se encontravam os sistemas de defesa de Portugal, e também Pombal considerou as vitórias contra os espanhóis, em particular a tomada de Havana, em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, uma ameaça potencial às possessões portuguesas na América do Sul. Pombal escreveu ao vice-rei no Brasil afirmando que «Foram derrotadas pelas armas britânicas duas monarquias tão poderosas como a França e Espanha [...] quando se decidia se iriam atacar o Rio de Janeiro».*

Pombal tomou medidas enérgicas para melhorar as defesas do Brasil. A primeira passou por transferir a capital do país mais para sul, ou seja, para o Rio de Janeiro. O intuito era claro: colocar o centro de decisão mais perto da fronteira sul. Para dar início à reorganização militar, despachou para o Brasil vários dos oficiais que tinham ido para Portugal com o conde de Lippe. A guarnição foi depois reforçada com três dos melhores regimentos portugueses (de Maura, Bragança

* «Instruções oficiais, 14 de abril de 1769» (Mendonça, 1960, pp. 31-44). Cf. Banaschik (1974).

e Estremoz). Pombal enviou igualmente para o Brasil dois aristocratas mais capazes que tinham trabalhado com o conde de Lippe: D. Luís António de Sousa, morgado de Mateus, nomeado governador da capitania restabelecida de São Paulo, em 1765, e o marquês do Lavradio, nomeado governador da Baía em 1768 e, mais tarde, em 1769, vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro. No Brasil, Pombal serviu-se ainda dos primeiros graduados saídos do novo Colégio dos Nobres. D. Luís Pinto de Sousa Coutinho (graduado em 1767) foi nomeado governador e capitão-general do Mato Grosso. Prestes a embarcar, o jovem aristocrata recebeu instruções de Pombal:

[...] não alterar coisa alguma com força nem violência... contudo, quando a razão o permite e é preciso desterrar abusos e destruir costumes perniciosos a benefício do rei e da justiça e do bem comum, seja com muito prudência e moderação; que o medo vença mais que o poder... em qualquer resolução que V. Sa. intentar, observe estas três coisas: «Prudência para deliberar, Destreza para dispor, e Perseverança para acabar...»*

Era um conselho de cautela, que Pombal sempre revelou no tratamento dos interesses coloniais.

Como sucedera na metrópole, as reformas militares e fiscais da América portuguesa estavam intimamente ligadas. Segundo as instruções, as tropas de Portugal e do Brasil passavam a constituir um único exército e a nova estrutura pressupunha a cooperação entre as várias divisões administrativas do Brasil, onde foram criados regimentos auxiliares de cavalaria e infantaria. Em Minas Gerais, por exemplo, foram organizados 13 regimentos auxiliares de cavalaria, cujos coronéis foram escolhidos «entre as pessoas principais de maior crédito que há na capitania». Os Dragões de Minas foram agrupados em oito companhias. Além disso, foram criadas companhias de

* Carta de Pombal para Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1767, in Mendonça (1962, pp. 56-61).

tropas não regulares para mobilizar as populações de negros e mulatos das áreas urbanas e rurais.

Outra consequência da expulsão dos Jesuítas de Portugal e do Brasil foi a necessidade de reforma do sistema educacional. A base tinha um propósito extremamente utilitário: criar um corpo de funcionários educados segundo as ideias iluministas e dispostos a reformar a burocracia do Estado e a hierarquia da Igreja. Assim, a medida indispensável para este processo passou pela renovação da Universidade de Coimbra, em 1772. Em dezembro de 1760, com o objetivo de preparar os novos estatutos da Universidade, foi criada a Junta de Providência Literária. A Universidade fechou durante a fase final da reforma, e Pombal supervisionou pessoalmente a reabertura da instituição, tendo passado 32 dias em Coimbra, de setembro a outubro de 1772.

Foram criadas em Coimbra duas novas faculdades: uma de Matemática e outra de Filosofia. Os estudos de Filosofia passaram a incluir, além de Metafísica, Lógica e Ética tradicionais, as novas ciências naturais. O conjunto das instalações incluía laboratórios, um observatório, a imprensa universitária e o jardim botânico. A afirmação clássica saiu da pena do reitor da Universidade, o brasileiro Francisco de Lemos (1983, p. 232): «Estes conhecimentos chegaram muito tarde a Portugal, mas chegaram: e o estabelecimento feito para eles se ensinarem, e se examinarem, é sem dúvida o mais perfeito e completo que hoje tem a Europa.»

O impacto destas reformas no Brasil foi substancial. Trezentos estudantes brasileiros matricularam-se em Coimbra entre 1772 e 1785, sendo 12 dos 27 oriundos de Minas Gerais. José Bonifácio de Andrada e Silva e o seu irmão chegaram de São Paulo, Manuel Arruda da Câmara, de Pernambuco, e José Mariano Leal, do Rio de Janeiro. Depois da graduação em Coimbra, outros brasileiros estudaram na Universidade de Montpellier, em França. Alguns deles viriam mais tarde a ser figuras importantes da Conjuração Mineira, em 1789, e na década de 1820, a exemplo de José Bonifácio, integrando o

movimento para a independência do Brasil (cf. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1940, pp. 141-181; Pedrosa, 1959, pp. 48-50).

Não foi, portanto, surpreendente Pombal chegar ao ponto de chamar a atenção do governo britânico para poder vir a ter de enfrentar a revolta das suas colónias da América do Norte, tendo como exemplo a participação histórica e a mobilização dos brasileiros na defesa das suas terras. A tradição de heroica resistência às invasões dos estrangeiros nunca lhe saiu da cabeça. Tanto a luta do século XVII, de Pernambuco e da Bahia, contra os invasores holandeses, como a campanha contra as incursões espanholas do início do século XVIII, ou a oposição à invasão francesa do Rio de Janeiro, foram objeto de frequentes referências suas na correspondência diplomática, oficial e particular. As táticas dos anglo-americanos, observou Pombal em novembro de 1775, eram idênticas às dos bons vassalos portugueses de Pernambuco e da Bahia. Os exércitos de Jorge III nunca conseguiram vencer os rebeldes, embora a perda da América do Norte pudesse ser evitada, segundo ele cria, se Londres atuasse com prudência e permitisse que os colonos tivessem os seus próprios parlamentos, que sempre podiam ser controlados pelos funcionários reais e através de clientelas (cf. Alden, 1961). Trata-se de uma declaração que diz muito sobre as motivações e a prática das políticas pombalinas no Brasil.

Encontramos nesta obra, com abordagens fascinantes, desde uma análise dos escritos do jesuíta padre António Vieira até ao estudo do impacto de Luís António Verney no currículo escolar reformado depois do alvará pombalino de 1759. Trata-se, em suma, de uma discussão ampla das várias interpretações de Pombal desde o período posterior à sua morte, em 1782, até ao presente. É um bom trabalho e uma boa leitura.

Kenneth Maxwell

Professor emérito da Universidade de Columbia
e da Universidade de Harvard

INTRODUÇÃO

Pode parecer estranho e até provocador associar ao Marquês de Pombal características totalmente estranhas à ideologia política que fundava a sua ação política e à sua personalidade, que os seus detratores pintaram com cores bem frias. Todavia, Pombal é, sem dúvida, a figura política da história portuguesa e brasileira que mais foi sujeita a um processo de reinterpretação e construção de imagens ambivalentes, contrastadas e mitificadas, que serviram os mais diversos propósitos. Neste verdadeiro processo metamórfico e invulgar de maquilhagem histórica, o primeiro-ministro de D. José I (1714-1777) foi «reconstruído» em extraordinárias reconfigurações, sendo elevado, por um lado, ao estatuto de déspota mais cruel que alguma vez teria governado entre nós e, por outro, por contraste, à condição de precursor e inspirador de projetos de sociedades liberais e democráticas.

Numa altura em que se assinala a passagem dos 200 anos da Independência do Brasil, poderemos observar criticamente de que modo as reformas administrativas e outras intervenções pombalinas operadas nos territórios da então colónia brasileira abriram caminho para o processo de unificação do Brasil e para a construção de uma nação imensa na América do Sul a falar uma só língua, que se tornaria independente meio século depois. Não será desconforme afirmar que não se pode compreender o Brasil independente sem se terem em conta os impactos na época e, especialmente, na posteridade da política pombalina, neste que se veio a tornar um dos maiores e mais relevantes países do mundo.

Neste livro, recuperamos e organizamos anteriores estudos para desenvolver alguns pontos que, embora já abordados e discutidos

fragmentariamente pela historiografia, em textos académicos, ensaísticos ou biográficos, ainda careciam de um aprofundamento atualizado, capaz de proporcionar novas perspetivas teóricas e interpretativas em objetos suposta ou aparentemente já explorados. Assim, no capítulo I, «O Marquês de Pombal e a unificação do Brasil», procuramos estabelecer relações entre a política económica, cultural e linguística da governação pombalina, na segunda metade do século XVIII, e o lento processo de unificação geográfica, independência política e formação discursiva da identidade cultural e nacional da América portuguesa no decorrer do século seguinte.

No capítulo II, intitulado «Vieira precursor de Pombal – Pombal detrator de Vieira», ligamos Vieira a Pombal, dois estrategas reformistas, construtores de Portugal e do Brasil, e procuramos demonstrar em que domínios o primeiro-ministro de D. José I, que conhecia bem o pensamento do grande jesuíta do século anterior, recuperou projetos reformistas vieirianos e os aplicou efetivamente, desde a criação de companhias de comércio monopolistas até à reforma da Inquisição. Todavia, a paternidade das boas ideias de Vieira, apresentadas um século antes, não foi reconhecida por Pombal, dado o seu antijesuitismo obsessivo, que nada de bom atribuía aos Jesuítas, mesmo ao mais genial de todos, que viveu entre Portugal e o Brasil.

No capítulo III, «A consolidação dos estudos pombalinos em Portugal e no Brasil», apresentamos um panorama histórico da emergência do Marquês de Pombal e do período pombalino como objeto de estudo e pesquisa, desde o seu processo de mitificação, que alcançou o seu ápice em 1882, época das comemorações do centenário da sua morte, passando pela revisão crítica promovida na ocasião do bicentenário pombalino, em 1982, até ao estado da arte atual, em que desponta o projeto *Pombalia – Pombal global*, que tem como objetivo central a investigação e a preparação da obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados. O projeto procura fazer o levantamento de toda a obra escrita de Sebastião José de Carvalho e Melo, ou por ele diretamente inspirada, e preparar uma

edição criticamente anotada e atualizada, promovendo assim uma renovação dos estudos pombalinos.

No capítulo iv, «A reforma pombalina e o ensino de literatura no Brasil», mostramos como a institucionalização do ensino da literatura no Brasil decorreu da inserção, no currículo escolar, da Retórica e da Poética, tal como foi definida e sistematizada por Luís António Verney e, alguns anos depois, regulamentada e instituída pelo alvará pombalino de 1759.

No capítulo v, «O Marquês de Pombal como personagem literária internacional», finalmente, tratamos da configuração do mito do Marquês de Pombal na literatura, de modo geral, e, mais especificamente, nos romances que o têm como tema, personagem ou protagonista, bem como naqueles que são ambientados ou fazem referência ao seu tempo, isto é, ao período pombalino, referente aos anos do reinado de D. José I (1750-1777). Procuramos assim, neste último capítulo do nosso livro, identificar, descrever e analisar os momentos de tensão, ambiguidade e oscilação das representações negativas ou positivas da sua ação política, económica e cultural, com o intuito de verificar como tais obras e/ou autores contribuem para o processo de (des)construção do mito, seja ratificando, seja contestando as narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito.

Esteja convidado(a) o(a) leitor(a) a conhecer um pouco mais sobre essa figura fascinante que foi o Marquês de Pombal, o seu significado histórico, em Portugal e no Brasil, bem como sobre as suas representações e mitificações no decorrer da História e na cultura contemporânea.

I

O Marquês de Pombal e a unificação do Brasil: Coordenadas históricas

Introito

Ao fazermos do Marquês de Pombal um dos protagonistas históricos da construção de um Brasil unificado e imenso, a falar uma só língua, tal qual hoje o conhecemos, corremos o risco de apresentarmos uma visão estereotipada, facilmente questionável, com todos os problemas que uma simplificação apresenta. No entanto, não é totalmente fora de propósito tal ideia, como procuraremos mostrar.

Em primeiro lugar, é quase impossível compreender plenamente a construção discursiva do Brasil independente e unificado enquanto império, e depois como nação, sem destacarmos o contributo decisivo das medidas reformistas da política colonial pombalina na segunda metade do século XVIII, que denominamos como «legislação pombalina». Trata-se de um conjunto de peças legislativas que foram idealizadas, elaboradas e expedidas durante o reinado de D. José I, que se estende de 1750 até 1777. Foi nesse período que Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que havia sido diplomata em Londres (1738-1744) e em Viena (1745-1749), tornando-se secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra com a ascensão de D. José I e secretário dos Negócios do Reino, em 1755, exerceu o controlo quase absoluto dos assuntos relativos ao governo. Em 1759, Sebastião José recebeu o título de conde de Oeiras e, em 1769, o de Marquês de Pombal, como ficaria conhecido na história portuguesa. De acordo com Maxwell (1996, p. 1), Pombal «para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1777».

A legislação pombalina foi aplicada em toda a extensão dos territórios da América portuguesa redefinidos pelo Tratado de Madrid, de 1750, que pôs fim aos conflitos entre as coroas ibéricas e redefiniu as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América, anulando assim o Tratado de Tordesilhas (1494), uma vez que levava em consideração, pela primeira vez, o princípio do usucapião (*uti possidetis*), segundo o qual a terra pertence a quem a ocupa. Com o acordo, Portugal assegurava a posse da maior parte da bacia amazônica, enquanto Espanha ficava com a maior parte da baixa do Prata. A celebração deste tratado definiu, sem dúvida, as bases para a futura demarcação geopolítica do imenso território brasileiro (Almeida 1990).

Foi à luz de uma doutrina iluminista totalizadora, unificadora, geometrizada e assente no ideário de afirmação total do poder do Estado e do rei que o encarnava que, pelo mão do ministro todo-poderoso Marquês de Pombal, se projetou uma série de leis reformistas que visavam a administração colonial: impor uma língua única e eliminar todos os focos de oposição ou de divergência em relação a um plano político centralizador e estatizador que visava atingir todos os sectores vitais da metrópole e do império ultramarino português.

A política da língua, a gestão dos recursos económicos, a reorganização administrativa colonial e a recomposição dos meios de educação e cultura foram quatro campos de intervenção reformista essenciais para se perceber hoje o quanto a ação de Pombal foi tão decisiva para o Brasil que séculos mais tarde se iria formar. O reinado de D. José, suportado pelo ministro absolutista Marquês de Pombal, reforça a política centralista e antiautonomista relativamente aos territórios coloniais, na linha dos reinados portugueses anteriores. Além de se expulsar os Jesuítas e as suas experiências de organização com uma certa autonomia dentro do território brasileiro, impede-se a formação de elites fortes e de quadros capazes de contestar e apresentar alternativas, mediante a extinção da rede de colégios da Companhia de Jesus; mantém-se o impedimento de fundação de universidades

no território colonial; continua a política de não incentivo à criação de imprensa periódica, ao desenvolvimento de academias de letras e de ciências* e até mesmo de simples tipografias para editar livros.

A primeira peça legislativa pombalina referente à sua política de língua é a Lei do Diretório, expedida a 3 de maio de 1757 e confirmada pelo alvará de 27 de agosto de 1758, que estendeu os efeitos da lei, que antes era restrita ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, a todas as colónias de Portugal. Nesse que talvez seja um dos mais importantes documentos de política linguística do século XVIII, pelo seu pioneirismo e pela sua extensão e riqueza de informações históricas, estão presentes os principais aspetos da legislação pombalina: a construção discursiva da noção de uma Europa polida e civilizada, que se contrapõe ao suposto atraso da administração temporal e da pedagogia jesuítica; o regalismo, que se apresenta como uma paradoxal união entre a sociedade civil, o Estado absolutista e a fé cristã; a moderna pedagogia, da qual um dos traços principais é a suavidade do método, em contraste com os castigos e rigores do ensino tradicional; e, finalmente, a autoconsciência histórica, que se desdobra na invenção de uma tradição do povo lusitano, remontando, assim, aos tempos das grandes navegações do século XVI. Este último aspeto é o mais importante, pois é a partir dele que serão construídas as bases para a formalização do discurso nacionalista português, bem como para a consolidação da ideia de nação e de identidade nacional (Renan, 2006; Anderson, 2008); Oliveira, 2022).

Ao que parece, sem o braço forte da política pombalina não teríamos um Brasil imenso e unido pela fala de uma só língua,

* Cumpre-nos registar algumas tentativas, efémeras, de fundação de academias no Brasil. Desde logo, com um nome bem significativo da criação de uma instituição deste género numa colónia, temos a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em São Salvador da Baía, por iniciativa do vice-rei Vasco Fernandes de Menezes, tendo por modelo a referida Academia Portuguesa da História, em funcionamento. Com data de fundação de 7 de março de 1724, aquela instituição cultural visava promover o estudo histórico da colónia brasileira e fomentar iniciativas de carácter cultural e literário. Com semelhante ideário, estatui-se, em 1759, a Academia Brasílica dos Renascidos, também na capital daquela colónia portuguesa. A falta de apoio do governo da metrópole acabaria por condenar ao definhamento estas experiências de academismo (Kantor, 2004).

independentemente do julgamento que possamos fazer das consequências antropológicas e culturais desta que pode ser considerada tanto uma das grandes agressões imperialistas do século XVIII quanto um milagre da colonização portuguesa. Os Jesuítas foram erguidos e vituperados, neste processo colonizador, estatizador e unificador, como o negativo, o anti-Estado, o obstáculo por excelência da política pombalina, que, por sua vez, segundo a nossa tese, muito viria a contribuir para o Brasil que conhecemos hoje.

O território

O processo violento de aplicação do Tratado de Madrid, assinado entre as coroas portuguesa e espanhola a 13 de janeiro de 1750, meses antes de D. José I e o seu secretário de Estado, Carvalho e Melo, subirem ao poder na corte portuguesa, é fundamental para se perceber a mudança de atitude da cúpula política lusa em relação aos missionários jesuítas e a gênese do combate à Ordem de Santo Inácio, que conduziria à sua expulsão de Portugal no fim daquela década. O desacordo manifestado pelos Jesuítas quanto a alguns aspetos do Tratado e ao modo definido para a sua aplicação, assim como a resistência de alguns missionários inacianos em acatar as ordens das comissões de aplicação desta redefinição fronteiriça, colocando-se ao lado dos índios rebeldes, criou um clima de suspeita em relação aos padres da Companhia. Este clima viria a adensar-se, juntando uma constelação de outras razões e acusações até ao ano de 1759, dando origem a uma espécie de maremoto antijesuítico que faria sucumbir esta poderosa ordem religiosa. Assim, as dificuldades surgidas em torno da aplicação do Tratado de Madrid criaram um ambiente de suspeita e de conflito entre o governo de D. José I e a Companhia de Jesus que, em conjunto com outros fatores que se foram sucessivamente acumulando num curto espaço de uma década, constituiu o motivo que passaria a justificar a sistemática campanha antijesuítica promovida pelo secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo. O Tratado, também conhecido por

Tratado dos Limites ou das Fronteiras, tinha sido assinado ainda em vida de D. João V (1689-1750). Negociado 13 anos antes pelo diplomata português Alexandre de Gusmão (Almeida, 1990), o Tratado pretendia dirimir as indefinições das linhas fronteiriças brasileiras, fonte de sucessivos litígios com os territórios sob administração da vizinha Espanha.

Pelo novo tratado, os portugueses ficavam com as fronteiras fluviais do oeste brasileiro reconhecidas pelos espanhóis, adotando o princípio jurídico do *uti possidetis*. Era, assim, reconhecido o domínio já efetivo de Portugal sobre a região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso. Em contrapartida, eram cedidas à Espanha a tão cobiçada colônia de Sacramento e as terras imediatamente a norte do rio da Prata, motivo de frequentes conflitos. A Coroa portuguesa reconhecia ainda definitivamente a integração das Filipinas na área de senhorio de Espanha (Mauro, 1991), mas toda esta redefinição de fronteiras, que também reconhecia a fronteira fluvial do rio Uruguai, obrigava a passar os territórios em que se situavam sete missões muito prósperas, sob a direção dos Jesuítas, para a administração portuguesa. Ficou estabelecido que nesta transição de soberania seriam transferidos os índios, os seus haveres e os seus missionários.* Isto implicava, na prática, a deslocação de mais de trinta mil pessoas de trinta reduções uruguaias por largas distâncias (Cortesão, 1950; Hernández, 1913).

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do reino de Portugal de D. José I, o pequeno fidalgo Carvalho e Melo, acabaria por valorizar imenso a liderança jesuítica na resistência bélica e diplomática para obstruir a concretização do Tratado. Aproveitou a implicação jesuítica nas guerras guaraníticas contra as comissões

* Em 1761, o descontentamento gerado em Espanha relativamente a este Tratado, que parecia, aos espanhóis, favorecer largamente Portugal, irá conduzir à anulação deste acordo através da celebração de um outro que ficou conhecido por Tratado de Pardo (1761). Esta revogação aconteceu depois do conhecimento na Europa dos trágicos acontecimentos ocorridos no decurso da aplicação do tratado de 1750 e na sequência da subida ao trono de D. Carlos III e das mudanças verificadas na política externa espanhola. Porém, só em 1777 foi celebrado um outro tratado, o Tratado de Santo Ildefonso, que teve por objetivo principal pôr cobro às hostilidades que, entre 1763 e 1776, criaram focos de tensão graves nas zonas fronteiriças brasileiras.

portuguesas de redefinição fronteiriças como uma das peças fundamentais do seu jogo diplomático e propagandístico para difamar e remover a influência da Companhia de Jesus em Portugal e nas suas colónias ultramarinas, bem como, nas duas décadas seguintes, na própria Europa. Curiosamente, Carvalho e Melo, que no início tinha manifestado o seu desacordo em relação ao articulado do Tratado dos Limites, vendo nele um entrave à paz entre as duas coroas (tendo mesmo chegado a propor ao soberano a sua anulação), acabaria por se tornar um dos seus mais intrépidos defensores, usando o processo da sua aplicação como um meio para afirmar o poder absoluto do Estado e atacar os seus críticos e os poderes considerados concorrentes ou obstrutivos do intocável poder do rei.

À complexa aplicação do Tratado dos Limites devem associar-se as determinações governamentais que visavam retirar aos missionários a também pouco consensual administração temporal das aldeias missionárias dos índios (Couto, 1995). A escolha de Mendonça Furtado logo em 1751 para chefiar o governo do novo Estado conjunto do Grão-Pará e Maranhão vai oferecer ao governo pombalino um fiel e poderoso apoio para promover o combate ao poder dos Jesuítas, em coligação perfeita com o general Gomes Freire de Andrada, que atuava no Sul.

A 31 de maio de 1751, são emanadas as *Instruções régias e secretas* para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão, que mandavam evitar o «excessivo» poder dos eclesiásticos na colónia brasileira. Estas instruções, vistas por Serafim Leite e Manuel Antunes como o germe da declaração de guerra contra os Jesuítas, ainda manifestam, todavia, uma especial benignidade e apreço pelos missionários de Santo Inácio, pois mandam preferir estes em relação aos frades das outras ordens. No fundo, trata-se de uma instrução que manda prevenir o novo governador relativamente às velhas queixas dos colonos acerca dos «grossos cabedais» e do muito poder que os missionários detinham sobre os índios. Além de se defender a preferência a dar aos Jesuítas para cuidarem das

missões estrategicamente mais importantes no quadro do projeto colonizador português, atende-se positivamente à apresentação que teria sido remetida à Coroa pelo missionário Gabriel Malagrida (1689-1761), na qual propunha a criação de mais seminários e recolhimentos no Brasil para a formação da juventude (Lopes, 1999). No fundo, reconheceu-se a importância da fundação dessas casas de formação e de sociocaridade, mas, na prática, procurou-se deslocar o seu controle para fora da Companhia de Jesus, diferentemente do que projetava Malagrida.

A nomeação de Xavier de Mendonça Furtado, a 30 de abril de 1753, para o cargo de primeiro-comissário do Estado português, a fim de diligenciar junto do comissariado espanhol a concretização do Tratado dos Limites das Conquistas, acabaria por conduzir o irmão de Pombal para o cenário mais candente das divergências entre os interesses do Estado e os interesses dos Jesuítas, abrindo um canal privilegiado de comunicação com o Marquês de Pombal, que ficava ao corrente da evolução do processo e dava instruções sobre o modo de atuar (Silva, 1999).

Os índios

Com vista a recuperar para as mãos do Estado o controle efetivo da administração do território colonial, o governador Mendonça Furtado promoveu uma política de criação de novas povoações como parte de uma reforma que tinha por objetivo substituir paulatinamente a administração temporal das aldeias, exercida pelos missionários regulares. O clero regular predominava, então, naquela colônia brasileira, sendo o clero secular de pouca relevância e expressão numérica. A Companhia de Jesus era a ordem que tinha a seu cargo o maior número de missões, calculando-se que em 1754 teria sob a sua administração cerca de 63 aldeias. Nesses territórios missionavam também religiosos de outras ordens, sendo de destacar os Carmelitas, os Franciscanos, os Mercedários, os Beneditinos e os Dominicanos (Franco, 2006a).